

Napoleão Figueiredo

Arthur Napoleão Figueiredo, antropólogo e educador, nasceu em Belém a 26 de março de 1923. Filho de Manuel Figueiredo e d. Diva de Figueiredo. Fêz o curso secundário no Colégio Moderno e Ginásio Paraense e o superior na Faculdade de Direito do Pará, turma de 1946. Possui o curso de Antropologia Cultural concluido em 1955 pela EBAP da FGV. Foi professor de diversos cursos universitários no Pará, professor visitante em várias Universidades Brasileiras, pesquisador associado do Museu Paraense Emílio Goeldi e é atualmente professor titular da Universidade Federal do Pará, disciplina Etnologia e Etnografia do Brasil.

Entre as obras que publicou se destacam: A festa dos coletores entre os Aramagoto; Os Aramagoto do Paru de Oeste seus primeiros contactos com a sociedade nacional; os problemas de uma abordagem funcional-estrutural em sociedades indígenas extintas na Amazônia: os Tapajó; A cerâmica arqueológica do rio Itacaiunas; O centro urbano, o barracão e a maloca; Die Besiedling Amazoniens vor der Landnahme durch die Portuguiesen, além de outros, em co-autoria com antropólogos nacionais.

Participou de diversos Congressos Nacionais e Internacionais bem como desde 1955 desenvolve pesquisas de campo na região amazônica, pertencendo a inumeras sociedades científica nacionais e estrangeiras, onde se destacam: Associação Brasileira de Antropologia; American Anthropological Association; Courent Anthropologist; Societé des Americanistes de Paris; Associazione Italiana; Studi Americanistici; Societé Suisse des Americanistes, além de membro de vários Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros. É portador de inúmeras medalhas e condecorações brasileiras.

GRUPOS INDÍGENAS E FRENTES PIONEIRAS DE PENETRAÇÃO NACIONAL NO ESTADO DO PARÁ (*)

O contacto das populações indígenas da Amazônia com elementos de outras culturas se inicia muito antes da colonização dessa área. É Carvajal (1941) que nos dá as primeiras notícias dêsses contactos e as primeiras descrições dêsses grupos. Em sua Relação apresenta os elementos que pôde colhêr apressadamente e sem sentido sistemático dos grupos que habitavam as margens do grande rio.

Dêsse cronista à nossos dias, o quadro de relacionamento entre as frentes de penetração e os grupos indígenas, permanece o mesmo. Tomando-se como ponto de referência os critérios estabelecidos por Ribeiro (1957: 10): isolados, contactos intermitentes, contacto permanente e integrados, desde a conquista do vale amazônico pelos portuguêses, grupos indígenas ficaram isolados, outros realizaram contactos intermitentes, outros permanentes, alguns foram integrados e finalmente muitos desapareceram do quadro demográfico da área.

Da mesma forma que ontem, êsses contactos podem ser definidos sob duas

* Comunicação apresentada à I Reunião Amazônica e II Reunião Paraense de Professôres de História, realizada em Belém em dezembro de 1967.

formas: as frentes maciças de penetração, ou os elementos isolados dessas frentes. É bem verdade que pode ser alegado que êsses contactos não são semelhantes, pois os processos são diferentes no tempo e no espaço. Em ambos os casos, entretanto, o domínio da terra é o fator que torna semelhante o choque entre grupos tribais e as frentes de penetração. Dentro dêsse esquema conceitual — formas de contacto e natureza de frentes pioneiras variantes as mais diversas podem ser encontradas, mantendo-se fixo o condicionamento de que a contingência econômica vai definir o tipo de contacto mercê dos recursos naturais existentes na região, que abrem essas frentes à penetração (Figueiredo, 1963).

Galvão (1967: 6) esclarece que: "a população indígena com quem o europeu se defrontou, a julgar pelas primeiras crônicas de Carvajal, Acuña e das notícias mais recentes alcançadas até o fim do século XIX, de viajantes e naturalistas, em essência, não difere da atual"; entretanto, muitos foram os grupos que habitando as margens do Amazonas e seus tributários desapareceram tragados pela luta e pela conquista. O processo de destribalização foi grande, mercê dos descimentos e aprezamentos. Os cronistas, missionários e a notícia histórica, nos trazem conhecimento de tribos poderosas e numerosas que foram riscadas violentamente do quadro demográfico da área, enquanto por outro lado nas proximidades dos aldeiamentos indígenas, são implantados os primeiros núcleos de povoamento colonial, que deram origem aos atuais centros urbanos da Amazônia. Galvão (1967: 7) ainda nos esclarece que enquanto isso ocorre "desenvolve-se uma política de miscigenação com prêmios em terra, armas e dinheiro ao soldado ou colono português, casado com mulher indígena. Ao mesmo tempo se confere status político e social ao índio "domesticado" facultando-lhe, inclusive, acesso à agência dos negócios dos povoados e vilas, com a criação das edilidades."

Descidos, resgatados, sujeitos ao trabalho compulsório nas fábricas e nos serviços públicos surgidos, o braço indígena foi largamente empregado na exploração das drogas do sertão e produtos naturais, abandonando assim as atividades agrícolas tradicionais.

O mesmo autor (Galvão, 1967: 15) distingue no que chama "contínuo histórico" períodos marcados por desenvolvimentos cruciais onde cada dessas etapas teve efeitos distintivos no presente:

"1620-1759, marcado pelo estabelecimento das missões, a introdução do catolicismo entre os povos nativos; a tentativa de supressão da religião indígena; a difusão do Tupi Guarani como língua geral; e a substituição de numerosos padrões culturais indígenas por outros europeus, o que se fêz sob a vigilância e orientação de missionários jesuítas e colonos;

1759-1840, em que as aldeias missionárias e as feitorias foram as bases que permitiam o desenvolvimento das vilas e cidades, ao mesmo tempo que o índio domesticado se integrava mais profundamente à sociedade mameluca;

1840-1912 — período marcado principalmente pelo desenvolvimento da indústria da borracha ... A exploração econômica do vale, ainda baseado na coleta de um produto regional, a borracha condicionou o desenvolvimento das atuais freguesias, sítios e povoados;

1912-1940, abre um período de decadência e estagnação. Volta a Amazônia a seu isolamento anterior, e são muito poucas as influências de fora que alcançam as comunidades rurais;

1940 — aos dias de hoje, onde são reativadas as potencialidades da economia regional pela intensa procura da borracha e materiais estratégicos, ao mesmo tempo que favorece a instalação de agências como o SESP e posteriormente o de planos de desenvolvimento como o da SPVEA, com evidentes reflexos na fisionomia sócio-econômica da área."

Êsse processo como bem acentua Galvão, não corre paralelamente ao sentido das frentes de penetração. As variantes apontadas pelo autor (Figueiredo, 1963) encontram-se diluídas no espaço amazônico, e ainda hoje, vamos encontrar grupos tribais, em relativo isolamento ou apenas com encontros esporádicos com as frentes pioneiras de penetração.

Imprensados assim entre essa frente e os acidentes naturais que a região propicia, êsses grupos humanos percorrem hoje num processo cumulativo e acelerado, todos os caminhos possíveis em suas relações com a sociedade nacional.

No Pará, vamos encontrar essas populações tribais, localizadas em áreas culturais bem definidas.

Partindo do esquema proposto por Galvão (1960: 16) há no espaço geográfico paraense a incidência das seguintes áreas culturais:

Sub-área Guiana Brasileira da Área Norte Amazônica; área Tapajós-Madeira; sub-área ocidental da área Tocantins-Xingu e área Pindaré-Gurupi.

Essas áreas, de configuração cultural bem definida, oferece para cada uma delas situações diferentes de contacto, de frentes de penetração e de gradação no processo aculturativo.

A sub-área Guiana Brasileira, da Área Norte Amazônica, com uma população in-

dígena de aproximadamente oito mil índios, oferece uma perspectiva de contacto que vai do isolado ao integrado, onde as frentes de penetração são as extrativistas ou ainda vinculadas à uma atividade de garimpo, e onde há uma aculturação inter tribal em processo.

A sub-área Munduruku da área Tapajós-Madeira, com uma população de cêrca de 1000 a 1500 índios, em sua maior parte integrada aos núcleos rurais de exploração da borracha.

A sub-área ocidental, da área Tocantins-Xingu, marcada pela penetração estrativista da castanha, borracha e caucho e nos dias de hoje pela atividade de garimpo (ouro, diamante e cristal), onde a ocupação caracterizou-se por um processo de contacto hostil com os grupos indígenas, hostilidade essa existente entre os diversos grupos tribais e mesmo entre aldeias do mesmo grupo.

Área Pindaré-Gurupi, com frente de penetração de atividade agrícola, extrativista por parte da população cabocla e mineração de ouro. Relações inter tribais ocasionais e hostís.

Essa população indígena do Pará segundo o cálculo estatístico do censo realizado pelo S.P.I. é estimada em 10.500 no mínimo e 15.650 no máximo, distribuída em 19 grupos tribais.

As frentes pioneiras de expansão nacional que atuam sôbre os grupos indígenas brasileiros apresentam vários aspectos, conforme assuma a forma de economia extrativista, pastoril ou agrícola. Ribeiro (1957: 23) nos indica que "cada uma delas é movida por interêsses diversos na exploração do ambiente, organiza-se segundo princípios estruturais próprios e impõe compulsões diferentes aos grupos tribais com que se defronta.

A economia extrativa mobiliza indivíduos desgarrados de suas comunidades de origem e, portanto, livres das formas tradicionais de contrôle social, para lançá-los sôbre áreas inexploradas. Aí êles atuam como bandos móveis que devassam as matas à procura de produtos de valor mercantil onde o acaso da natureza os espalhou. Quando defrontam com um grupo indígena, sua tendência é desalojá-lo violentamente do seu território, ou quando possível, diligenciar para colocá-lo a seu serviço, aliciando os homens para a localização de novas reservas de produtos florestais e para trabalhos como o de remeiros, carregadores e outros; e às mulheres como amásias e produtoras de gêneros alimentícios. Como êste tipo de economia impõe enorme dispersão espacial da população, suas frentes de expansão que se chocam com os índios são geralmente muito ralas, o que possibilita a uma tribo aguerrida manter-se em conflito, impedindo a ocupação do seu território, por longos anos, com grande desgaste de parte a parte.

É dentro dêste enquadramento básico que são vividas as etapas de contactos intermitentes, permanentes e de integração dos grupos tribais, em condições que levam a uma pronta desorganização da vida familial, à rutura da unidade tribal e, finalmente, a uma forma específica de participação na economia e nas instituições da sociedade nacional."

O sentido econômico que impulsiona essas frentes de penetração e que condiciona por outro lado o processo de ocupação, propriedade e uso da terra, não obedece na Amazônia, ao conceito de "plantation", na caracterização feita por Lynn Smith, a êsse tipo de exploração da terra ou seja a concentração da propriedade da terra, a especialização em emprêsa monocultora, o contrôle de um grande número de trabalhadores e a especialização por tarefas na distribuição interna da emprêsa. Leo Weibel ainda lhe dá a característica de realizar um beneficiamento dos produtos agrícolas cultivados, mesmo rudimentar, de maneira a valorizá-los para o mercado importador" (Diegues Jr. 1960).

Essa forma clássica de "plantation" como bem acentua Diegues Jr. (1960: 117) sofreu no Brasil "naturais adaptações oriundas das condições culturais do país e ainda em face das próprias exigências do ambiente tanto físico como social. Desta maneira, aspectos peculiares podem ser encontrados no sistema agrário do tipo "plantation" no Brasil, cujas explorações agrícolas passaram por condicionamentos e acomodações para sua mais completa integração nos quadros humanos e culturais do país. Cada uma dessas explorações tem marcas próprias, que a caracterizam, dentro da generalidade do "plantation" com peculiaridades, quer no referente às relações entre proprietários e trabalhadores, quer na forma de concentração da propriedade e o papel exercido pelo proprietário, quer ainda no uso da terra, quer também na fixação do elemento humano como trabalhador na plantação".

No Pará, vamos encontrar uma dessas variantes, no processo econômico estudado por Reis (1942: 34/35): "Nos primeiros tempos, descoberta a existência de especiarias excelentes, que já vimos, constantes de cacau, baunilha, cravo, canela, salsa, urucú, sementes oleaginosas, puxuri, raízes aromáticas e madeiras ótimas para construção, os colonos lançaram-se sofregamente à colheita delas. No Oriente havia já grandes dificuldades em obter as ricas especiarias que tinham determinada a conquista guerreira daqueles velocinos. A descoberta das riquezas paraenses seria talvez um alento para o Reino, que não podia esconder seu

desapontamento em face da derrota no Oriente.

Uma centena de ordens régias, de instruções do Conselho Ultramarino, que se podem ler nos arquivos portuguêses e de Belém, nesse período, convocou os colonos à empreitada do desbravamento da hinterlândia para a colheita do que ficou sendo chamada a "Droga do Sertão". Pode-se mesmo afirmar que a explicação da irradiação rápida que se realizou em direção ao oeste do vale encontra-se no interêsse que despertou a caça à "Droga", encontrada abundantemente e procurada não menos abundantemente pelos mercados europeus.

As "Drogas", no entanto, precisavam ser cultivadas. O exemplo dos inglêses e holandeses que nos princípios de XVII já trabalhavam no mistér nas feitorias montadas à margem do Amazonas, acaso não seria uma lição valiosa? Em meio as ordens expedidas para realizar a colheita das especiarias, veiu também a de plantá-las para que não tivesse de lamentar mais tarde a perda de mais uma conquista econômica. O colono, ante o convite, ante a perspectiva de manter a posição financeira, meteu ombros ao negócio, lavrando a gleba com o gentio, mobilizado, escravizado, escravizado por todos os mistéres que se estavam realizando.

Além das "Drogas", plantadas a tal ponto que em 1731 um colono solicitava ao govêrno lisboeta o pagamento das mercês e ajudas, a que se obrigara o Estado, ao lavrador que cultivasse as especiarias e êle plantara 18.900 pés de cacau, começava-se a cultura de espécies alienígenas, experimentadas com absoluto sucesso: café, cana, anil, algodão, tabaco.

O café fôra trazido da Guiana Francêsa por Francisco de Melo Palheta, um sertanista paraense que, sem o imaginar, introduzia na colonia o elemento que garantiria, pelos séculos afora, o poder econômico brasileiro. E soubera tão bem no Pará, que seu cultivo se intensificara como o do cacau, dando margem a que a Câmara Municipal de Belém se dirigisse à Côrte para que fôsse proibida a entrada de similar estrangeiro no Reino, pleito em que só foi atendida em 1743.

O sub-solo, segundo o lendário do nativo, permitia grandes esperanças. Várias expedições se puzeram em marcha para descobrir os Potosis que se imaginavam no sertão, tudo resultando infrutífero. Demais, cartas régias e alvarás proibiram que os colonos desviassem atenção de suas ocupações agrícolas para a procura de minérios. Um Francisco Porflix acompanhado de técnicos, subiu e desceu rios, no empenho de descobrir ouro, entre 1710 e 1727 sem resultados positivos.

No tocante às manufaturas, no Pará elas se foram desenvolvendo com muito vagar. Produzira-se logo o açúcar, a aguardente e o fumo. A aguardente, viciando o índio, foi proibida. Embora, em 1751 funcionavam quarenta e duas engenhocas. O anil, o breu, as madeiras, foram sendo beneficiadas por meios rústicos. Fabricava-se também manteiga e farinha. Esta em quantidades imensas. Porque constituía o fundamento da alimentação do bugre e, com o decorrer do tempo, do próprio colono.

Para operações tão grandes, sentia-se a necessidade de ampliar o povoamento. Algumas dezenas de degredados foram mandados para o Pará. Pequeno grupo de casais açorianos, veio também em 1667 e 1676. Escravos africanos não podiam chegar em porção suficiente, dada a pobresa dos habitantes. Mesmo assim, a Companhia de Comércio do Maranhão, entre 1682 e 1685 introduziu algumas peças."

A êsse processo foi acrescentado um novo elemento: o negro que no período colonial ascedente a um total de 53.072 (Vergolino e Silva, 1967).

Sôbre essa base: elemento indígena, português e negro, forma-se uma sociedade mestiça e que ao tempo do Conde de Vila Flor, estava distribuída em 37 municípios com 73.730 habitantes, localizados Belém e pelas vilas da rêde fluvial (Reis, 1942: 48).

É ainda Reis (1942: 48) que nos informa "A grande exportação constava de cacau, arroz, café e algodão. A borracha da seringueira não tinha significação. O comércio do interior, processado por via fluvial em "cobertas" e outros tipos de embarcação, definia-se por êsses produtos: anil, piassaba, breu, cacau, cravo, café, couros de animais, castanhas, estopa, farinha, manteiga de tartaruga, puchuri, salsa, tabaco, madeiras de construção, óleo de copaiba, mixira, peixe sêco. Para pesca, havia pesqueiros no Marajó e ao longo do Amazonas. O trabalho continuava sôbre o suor do índio. O contingente negro não se algarismava impressionantemente. Quem remava as canoas, caçava, pescava, operava nos serviços domésticos e públicos, criava o gado, compunha a fôrça das milícias, era o operário dos estaleiros do arsenal de marinha, constituía finalmente o grosso da população e da ação construtiva, era o bugre".

Ao ciclo das especiarias seguiu-se um ciclo agrícola representado pela lavoura do café, algodão, cana de açúcar, tabaco e arroz, alcançado índices elevados, acrescido da criação de gado vacum e cavalar.

Lentamente desaparecia o elemento índio, diluído e amalgamado numa população mestiça que ainda estava ocupada na produção nativa do cumaru, salsaparrilha, urucu, piassaba, salsa, cravo grosso e fino, nas madeiras, nas castanhas, ao qual se

juntava uma produção industrializada representado pelos óleos, grudes de peixe, açúcar, álcool, couros, farinha e peixe sêco.

A entrada da borracha no mercado, dilata novamente as frentes de penetração para os seringais das Ilhas, do Tocantins, Tapajós e Xingu. Acrescida agora de um novo elemento, o nordestino, esta sociedade expande-se aos pontos mais distantes, penetrando nos grandes afluentes do Amazonas e nos cursos dágua menores.

A agricultura perdera sua fôrça e não havia braços para o amanho da terra.

A decadência da exploração da borracha depois de 1912, marca uma época de decadência e registra-se o natural regresso à lavoura das espécies alimentícias e do algodão. Há um retôrno igualmente à indústria extrativista voltada para a castanha, óleos, madeira, e os produtos naturais da época colonial voltam a figurar nas tabelas de exportação.

Os dados estatísticos mais antigos, nos parecem ser os apontados por Guajará (1902: 132) quando nos informa que "em 1720 havia no Pará e Amazonas 63 missões, sendo 19 de jesuítas, 15 de carmelitas, 10 de capuchos da Piedade, 9 religiosos de Santo Antonio, 7 de capuchos da Conceição da Beira e Minho, e 3 de mercenários, com 54.264 índios aldeiados e tôda essa gente estava reduzida a 32.751 pessoas no ano de 1823. Tinha havido uma diferença de 21.513 para menos no período de pouco mais de um século.

O decrescimento se tornara maior nos índios da cidade e seus subúrbios. Eram em número de 12.680 os que trabalhavam no corte, condução e embarque de madeiras, na construção de navios e barcos, navegação e outros serviços de utilidade pública e particular. No mesmo período ficaram reduzidos a 5.000 entre homens e mulheres. A diferença tinha sido de 7.680, mais da metade do que eram.

Em 1751 existiam ainda no Pará e Amazonas 63 aldeias que referimos, mas achavam-se quase tôdas despovoadas e em condições precárias. Algumas epidemias tinham concorrido para êsse lamentável estado de coisas, assolando todos os pontos da capitania."

O levantamento do quadro demográfico de população indígena está por fazer, na parte colonial e imperial. Os dados são precários, imprecisos e dificilmente teremos um levantamento total, pois é de todo impossível fazerem-se estimativas sôbre os grupos não atingidos pelas frentes de penetração nesses períodos.

Recalcado para o interior, domesticado, diluído por um processo de miscigenação compulsória, êsses grupos tribais encontram-se nos dias de hoje, no Pará, localizados em regiões de difícil acesso ou imprensados entre as frentes de penetração e os acidentes naturais da região.

Na sub-área Guiana Brasileira da Área Norte Amazônica, temos os grupos: Hixkaryana, Charuma, Tiryó, Wayana e Apalai; na área Tapajós-Madeira, os grupos: Munduruku, Apiacá e Kaiabi; na área Tocantins-Xingu, os grupos: Kararaô, Gavião, Apinayé, Surui, Parakanân, Xikrin, Gorotire, Kubénkran-kegn, Kokraimoro, Mekanotire e Kren-Akarore; e na área Pindaré-Gurupi, os grupos: Tembé, Urubú e Turiwara.

Como vimos anteriormente, diversa é a natureza de contacto mantida por êsses grupos, nas áreas e sub-áreas em que estão localizados; entretanto, uma nova frente de expansão está aparecendo: a pastoril, na região do Pará. O fenômeno havia sido estudado por Moreira Neto, que analisa essa frente que atua na região do Pau-d'Arco, nas bacias do Araguai-Tocantins e Xingu. Nos dias de hoje, são frentes poderosas, desta feita sôbre forma empresarial, verdadeira cidade em marcha, que ocupa a terra (por compra, arrendamento, ou simples invasão) a trabalha, não a braço, porém com implementos motorizados, tratores, etc. conduzindo consigo tôda a moderna maquinaria que a técnica proporciona, no sentido de estabelecimento de campos para pastagens de gado. (Moreira Neto, 1960).

A experiência anterior nos indica que essas frentes "agem diante do índio movidas essencialmente pela contingência de limpar os campos de seus habitantes humanos para entregá-los ao gado e evitar que o índio desprovido da caça, a substitua pelo ataque a seus rebanhos. A interação, nestas circunstâncias, assume com freqüência formas de conflito sangrento e raramente da lugar a um convívio direto ou a acasalamento e mestiçagem." (Ribeiro, 1957: 24).

Ao lado do contacto sociedade tribal — sociedade nacional, temos ainda a considerar o processo de mudança dessa sociedade nacional, pois "a estrutura e a morfologia agrárias de uma região, são em larga medida, um reflexo de leis econômicas sôbre a paisagem e os habitantes atuais do interior da Amazônia, os caboclos, possuem os contactos mais amplos com a vida regional e a vida nacional." (Valverde, 1964: 36).

No quadro do Estado do Pará, as grandes concentrações demográficas se estendem ou na Capital ou ao longo das linhas de comunicação, sejam o Amazonas e seus tributários ou ainda as estradas de rodagem. O interior paraense, no esquema de Lambert (1967) está incluído no que êle chama de país arcáico ou sub-desenvolvido, onde "se o caboclo miserável constitui a massa dessa sociedade arcáica do velho Brasil, também o dono de mil ou dois mil hectares imobilizado na fazenda ancestral, cujas terras esgotadas deixam muito pouco

excedente depois de haver satisfeito as necessidades de uma população numerosa, muitas vêzes faz parte dessa sociedade imóvel, que tanto um como outro amam e não pensam em mudar. O proprietário é o chefe, mas em comparação com as classes superiores da indústria ou da agricultura produtiva do país novo, é tão pobre e atrazado quanto o são seus caboclos em comparação com os operários de São Paulo ou os colonos alemães do Rio Grande do Sul; a diferença é que é muito mais fácil a seus filhos passar para o outro Brasil.

As comunidades rurais — que vivem pràticamente de uma economia fechada, separadas do mundo pela pobreza e pela ignorância — são fortalecidos por estreita solidariedade econômica e, nas relações pessoais do patronato e clientela, encontram também grande solidariedade política. A comunidade, na pessoa de seu chefe, interpõe a sua autoridade entre o Estado e os indivíduos. O Brasil arcáico, em contraste com os países ocidentais e o país novo, não é constituído por indivíduos e sim por comunidades.

Também é comum, nesta época de rápida transformação social, que as pequenas comunidades rurais, embora continuando a existir, estejam totalmente desorganizadas. Seja porque algum proprietário ausente, delas não mais se ocupa e não foi substituído, seja porque — caso mais freqüente — novas ideologias lhe tenham roubado o prestígio, o fato é que a comunidade rural se está desintegrando. Livres do patronato, os rurículas, entretanto, não se integram diretamente na sociedade nacional; a destruição do quadro tradicional, que não foi substituído, deixa-os mais isolados e mais miseráveis" (ib, 1967: 120).

Essa mesma observação já havia sido realizada anteriormente por Wagley (1951: 151), quando afirma que: "Ce sont les Indiens qui accomplissaiant les travaux manuels et qui occupaient les derniers échelons de la societé coloniale; aussi leurs descendents sont-ils encore, en Amazonie, de conditions socio-economique inférieure et jouissent-ils d'un prestige moindre que les régions du Brésil se explique para la date relativement récente de son afranchissement, celle du coboclo de l'amazonie résulte de son origine servile et du mépris — survivance de l'époque coloniale ou on le tient encore aujourd'hui".

Cercada por êsse tipo de população, mantendo os contactos mais diversos com a mesma ou ainda mantendo um relativo isolamento, essas populações tribais não se enquadram dentro dos processos desenvolvimentistas da área. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, primeiramente fixado pelo art. 199 da Constituição Federal de 1946 e posteriormente definido pela Lei 1.806 de 6.1.1953, a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) em 1962, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e nos dias de hoje a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de um lado apresentam todos êles aspectos de obra política e de outro lado, de obra eminentemente técnica e regional, tendentes a uma reformulação de política agrária devidamente adaptada à uma realidade dessa estrutura rural.

Êsses planos para essas populações indígenas, não funciona. É ainda Moreira Neto (1967: 184) quem bem define o problema quando refere que "Para efeito da aplicação dos planos de reforma agrária, como conjunto e problemática, um dado estranho e até certo ponto contrário aos propósitos de reforma. O fato é de explicação simples: os planos de reforma agrária, são adequados aos interêsses da economia nacional e apoiam-se em critérios de propriedade privada sôbre a terra e em considerações de produtividade e de desenvolvimento econômico integrado. Neste contexto, as populações indígenas brasileileiras não só representam parcelas demogràficamente inexpressivas mas, também, grupos humanos econômica, social e culturalmente marginalizados, vivendo em reservas territoriais de posse coletiva segundo as técnicas de uma mera economia tribal de subsistência".

Assim, os processos de marginalização, assimilação ou integração dessas populações tribais, devem ser entendidas dentro do quadro mais amplo dos critérios de zoneamento onde a incidência de um processo desenvolvimentista se realiza, sem as deformações líricas ou prosáicas, teóricas ou integrativas, com o respeito aos mesmos "como povos que tem o direito de ser êles próprios, de professar suas crenças, de viver segundo o único modo que sabem fazê-lo: aquêle que aprenderam de seus antepassados e que só lentamente podem mudar" (Ribeiro, 1962: 23).

Assim, como bem acentua Cardoso de Oliveira, pode-se dizer preliminarmente que "o destino das sociedades tribais, (1962: 86) enquanto sociedades, é o de sua descaracterização progressiva na medida em que vão sendo integrados às economias regionais", o que nos permite concluir que o isolamento relativo mantido por alguns dêsses grupos, permitirá aos mesmos manter uma estabilidade, igualmente relativa, enquanto não forem atingidos maciçamente pelas frentes pioneiras de penetração nacional e como tal, integrados à economia regional e nacional (Figueiredo, 1966: 340).

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO DE OLIVEIRA, ROBERTO

1962 — Estudo de áreas de fricção interétnica no Brasil, In: América Latina, ano V, vol. 3. Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio, págs. 85-90.

CARVAJAL, GASPAR DE

1941 — Relação, In: Descobrimentos do Rio das Amazonas. Brasiliana, vol. 203. Cia. Editôra Nacional. São Paulo, págs. 11-79.

DIEGUES JR., MANUEL

1960 — Propriedade e uso da terra no "plantation" brasileiro, In: Sistemas de Plantaciones en el Nuevo Mundo. Estudios Monograficos VII. Union Panamericana. Washington, p. 117-38.

FIGUEIREDO, NAPOLEÃO

1963 — Os problemas de uma abordagem estrutural em sociedades indígenas extintas na Amazônia: os Tapajó, In: Revista de Educação e Letras, vol. 1, n. 2. Universidade do Pará, Imprensa Universitária, Belém, p. 149-56.

1966 — A comunidade rural, o barracão e a maloca, In: Arquivos do Instituto de Antropologia, vol. 2 ns. 1/2, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, p. 325-42.

GALVÃO, EDUARDO

1960 — Áreas Culturais indígenas do Brasil: 1900: 1959. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série. Antropologia n. 8, Belém, 41 págs.

1967 — Estudos de Antropologia na Amazônia, In: Atas do Simpósio sôbre a Biota Amazônica, vol. 2. Antropologia. Conselho Nacional de Pesquisas, Rio, págs. 13-28.

GUAJARÁ, BARÃO DE

1902 — Catechese dos Indios no Pará, In: Anaes da Biblioteca e Arquivo Publico do Pará. Tomo II. Imprensa Oficial. Belém, págs. 117-83.

LAMBERT, JACQUES

1967 — Os dois Brasis. Brasiliana, vol. 335, 3.ª ed. Cia. Editôra Nacional. São Paulo, 277 págs.

MOREIRA NETO, C. A.

1960 — A cultura pastoril do Pau d'Arco. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Nova Série. Antropologia, n. 10. Belém, 112 págs.

1967 — Constante histórica do Indigenato no Brasil, In: Atas do Simpósio sôbre a Biota Amazônica, vol. 2. Antropologia. Conselho Nacional de Pesquisas. Rio, págs. 175-85.

REIS, ARTHUR CEZAR FERREIRA

1942 — Síntese de História do Pará. Belém, 92 págs.

RIBEIRO, DARCY

1957 — Culturas e Línguas Indígenas do Brasil, In: Educação e Ciências Sociais. Ano II, vol. 2, n. 6. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio, págs. 5-102.

1962 — A Política Indigenista Brasileira. Serviço de Informação Agrícola. Ministério da Agricultura. Rio, 178 págs.

VALVERDE, ORLANDO

1964 — Geografia Agrária do Brasil. 1.º vol. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Série VI, vol. 6. Rio, 395 págs.

VERGOLINA E SILVA, ANAÍZA

1967 — O Negro no Pará.

WAGLEY, CHARLES

1951 — Les Relations raciales dans une communauté rurale, In: Races et classes dans le Brésil rurale. UNESCO. Drikkerij Meijer, Wormeveer et Amsterdan, págs. 123-151.

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO
(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM